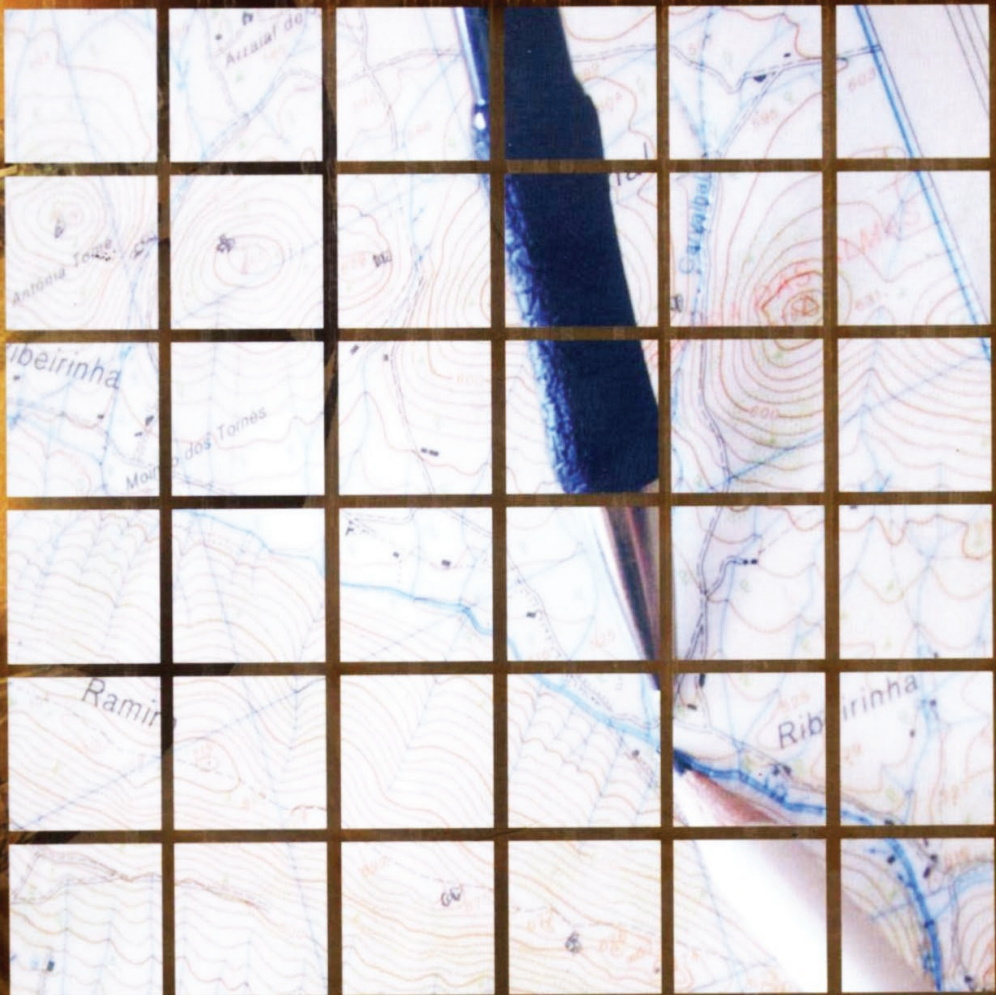


Instituto de Estudos Geográficos
Centro de Estudos Geográficos

Cadernos de Geografia



Nº 24/25 - 2005/06

Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

O património, um ente inalienável do ordenamento do território¹

Miguel Sopas de Melo Bandeira
Departamento de Geografia. Universidade do Minho

Começaria esta breve reflexão por evocar dois eventos perturbantes, ainda que imediata e aparentemente desconexos entre si e do tema que aqui nos reúne, mas que pela sua magnitude e simbolismo nos obrigam a passar em revista a oportunidade e, até, o sentido da relação entre o património - no caso experienciado desde a perspectiva comum da memória urbana - e o ordenamento, este enquanto desígnio prospectivo que funda a sua razão de ser no pensamento futuro e na razoabilidade prática do nosso quotidiano.

Quero pois referir-me às trágicas destruições dos *budas* do vale Bamiyan (2001), no Afeganistão e, mais recentemente, da simétrica cumplicidade do exército ocupante na pilhagem do museu arqueológico de Bagdad, no Iraque, como dois acontecimentos limite, sintomáticos da extensão do rompimento do equilíbrio crítico dos tempos em que vivemos e, que, naturalmente, aportam profundas implicações na própria natureza e no conceito que atribuímos ao património como um todo, ou seja, como reduto (mais dramático do que um recurso) substancial da(s) nossa(s) identidade(s) comum(s).

A intenção deliberada, ou permissiva, de se pretender acabar com a história, nessa tentativa brutal de a querer negar é, mais do que a expressão metafórica, o acto acutilante e, certamente, desesperadamente continuado de demonstrar o ódio que se consubstanciou nos atentados terroristas dos *dias onze*. De facto, além da gratuitidade da barbárie em si, os seus agentes estavam plenamente cientes de que a destruição da memória tem um alcance profundamente duradouro, já que os seus efeitos perduram para lá do luto vivido das vítimas humanas, obnubilando as bases identitárias das gerações que ainda não-de vir, comprometendo, assim, o próprio futuro dos povos que desfrutariam desses bens. Talvez, nunca tanto como hoje, o valor do património, na sua acepção mais ampla, se configure como um direito univer-

sal, ou mesmo um bem essencial, quiçá também ele de algum modo elegível à galeria dos que classificamos como de primeira necessidade.

Mais do que um recurso que se recomenda para ser gerido com razoabilidade, o património, nas suas diferentes asserções, é uma dimensão dinâmica que só faz sentido se encarado como processo, como promotor da sequência entre o passado e o futuro, por este último ser o principal estimulador do deslumbramento que nos questiona o saber de onde vimos e quem somos. Sendo mais do que um filão susceptível de ser exaurido com moderação, o património vive do valor acrescentado que é potenciado pela construção de novo património. Daí pensarmos ser o património um ente inalienável do ordenamento, em particular, porque a sustentabilidade e a possibilidade do que se concebe como futuro só vingam - a história tem-no demonstrado - se manifestada essa consciência que suporta a identidade, isto é, a própria memória.

Entre nós, passando à escala do reconhecível e do expectável, nos espaços que determinam o nosso quotidiano mais imediato, sentem-se as réplicas, ainda que felizmente sem a intensidade da proximidade ao epicentro desses mesmos abalos. Também entre o distante e o mais cercano, parece-nos urgente evidenciar essa necessidade de consciência histórica, sobretudo entendida como um processo humano de relações inacabadas, no mesmo sentido com que Marc Bloch um dia referiu, *que não se faz História a não ser dos fenómenos que continuam*.

De facto, uma das melhores arenas onde podemos observar o esforço da lide patrimonial entre o passado e o futuro é precisamente no âmbito dos espaços centrais das nossas cidades, que o senso-comum consagrou hoje com o epíteto de "centro histórico". Conceito este, porém, que não está isento de contradições. Tal como G. Argan (1984) definiu, sendo útil do ponto de vista instrumental, releva-se teoricamente absurdo, nem que seja somente pelo facto de implicitamente negar futuro ao núcleo central e, simultaneamente, acrescentaríamos, historicidade à cidade contemporânea.

Também aqui o valor do passado, da memória, parece claudicar face ao poder desafectado e predador do presente, não tanto pela *tranche* do património

¹ - O convite para participar no presente painel impõe-nos dois considerandos prévios inevitáveis. Primeiro, a expressão reconhecida, algo pródiga, de voltar à *casa* onde obtivemos uma parte fundamental da nossa formação académica. Depois, a mais sentida, a do geógrafo que tem percorrido os trilhos do estudo e da defesa do património, e que aqui testemunha com gratidão o estímulo e os ensinamentos que tem vindo a colher do Professor Pereira de Oliveira, desde que fui seu aluno na Universidade do Porto, vai para 25 anos.

que inexoravelmente se perde e definitivamente se perderá, mas pela oportunidade que se desperdiça, na maior parte dos casos, por ser incapaz de produzir património novo, por não ser possível perceber a cidade no seu todo.

Uma das vertentes mais dramáticas que neste domínio acompanhou o surgimento da cidade industrial foi a condenação ao desaparecimento de toda a composição fisionómica assente no reconhecimento da paisagem preexistente, produto da acumulação arritmica das épocas anteriores, a qual podemos denominar expeditamente de *crescimento orgânico*, por uma nova ordem, esmagadoramente diferente, uniforme e tentacular. A lição do passado, mesmo nas suas expressões contraditórias dos momentos de ruptura, como ressalta dos períodos profícuos da história ocidental protagonizados pelos focos *renascentistas* e *iluministas*, sempre constituiu uma plataforma para visionar o futuro. Com o *romantismo* contemplativo, todavia, já de si reactivo à nova ordem que se agigantava, instaurou-se um novo processo de sacralização do tempo, cujas consequências na formação de uma consciência histórica da cidade tiveram por principal herança a descoberta do *património*. A partir daí, como sublinhou o historiador de arte Paulo Varela Gomes (1993), "aquilo que sobra de tempos (ultra)passados deixa de ser o anúncio do que está para vir e torna-se no sinal da obsolescência de tudo. Um vestígio, uma memória. O conceito de património (passa a estar) está obrigatoriamente ligado a um conceito de perda definitiva" (...) rematando, para estigma deste advento, "o património é um conceito moderno que traduz a angústia da modernidade". E é perante esta contradição, ou impasse, como quisermos entender, que hoje em dia se podem formular algumas das principais questões que se nos colocam face aos denominados *centros históricos*.

Sendo por excelência o palco material da história na cidade viva, o *centro histórico* constitui o reduto insular da personalidade da cidade e da individualidade - preferimos evitar o termo tão em voga da *autenticidade* que o achamos equívoco - do que sobra das comunidades que a habitam. Torna-se, simultaneamente, um espaço propício à resistência e afirmação colectivas. Por outro lado, o seu carácter exclusivo atribui-lhe o potencial de um recurso explorável, infelizmente tantas vezes usado apenas como branqueador político para se dispensar de se fazer cidade nas novas áreas de expansão urbana.

Nesse sentido, os centros históricos e, por conseguinte, uma certa consciência historiográfica dominante, têm vindo a tornar as áreas centrais das nossas cidades, no dizer do citado autor, em verdadeiros *parques temáticos*, mergulhados na mesma uniformi-

dade de critérios que, ironicamente, contrariam o sentido de individualidade que procuram evocar. Aí deparamos com uma tendencial concepção igualitária de fisionomia cénica, expressa nos tipos de mobiliário urbano, no padrão das superfícies pavimentadas, na iluminação das fachadas, nos programas de animação, no festival temático e em tantos outros *clichés* que reconhecemos dos prospectos distribuídos aos turistas e das agendas culturais para eleitor consumir.

Na tentativa desesperada de pôr um travão na história, contraditoriamente em seu próprio nome, assiste-se à promoção do ideal de congelamento espaço-temporal do centro da cidade, sem que, todavia, este deixe de se ir metamorfoseando aos poucos. Entretanto, irremediavelmente condenado pela desadaptação estrutural face às novas áreas de expansão, o centro tornou-se no ícone da concorrência urbana.

Agora que o evolucionismo social voltou de novo a captar as luzes da ribalta, impondo o domínio esmagador do mais forte sobre o mais desadaptado, revestindo-se assim de uma evidência *neoliberal* onde tudo o que não possa ser reconvertido em negócio é pura e simplesmente tomado por inútil, também as nossas cidades que, nunca é demais recordar, em tempos foram já sinónimo de comunidade, representam o drama selectivo dos que lutam pela sua sobrevivência. Compreende-se, assim, que nesse actual *campo de batalha*, as nossas cidades se assemelhem, cada vez mais, às grandes superfícies comerciais, onde, para aligeirar o retalhamento imobiliário do solo, não falta sequer para caução a loja do *centro histórico* que vende e embrulha memórias, o novo parque urbano onde se transacciona ar puro, o museu em permanente celebração, ou mesmo o festival temático que se pretende mais concorrido que o do vizinho do lado. Inventou-se *marketing* urbano, talvez, como um novo eufemismo de acompanhamento da grande comédia dos nossos tempos para chamar outros nomes às mesmas coisas, e que tem por mote o consumo de massas. E à História Urbana, algo desadaptada, como aliás vêm sendo consignadas todas as expressões *humanistas*, solicita-se-lhe, ou se procura, também, muitas vezes algo caricaturalmente, que esta incorpore o valor mercantil de um produto vendável.

A nosso ver, os grandes equívocos, e de certo modo a fonte dos problemas acrescidos que afectam hoje os *centros históricos* em Portugal, resultam igualmente do facto de não termos percorrido nem sofrido os efeitos completos da modernidade. Há como que um hiato histórico de que padecemos, que acentua ainda mais alguns dos impasses que caracterizam as nossas cidades e, particularmente, a consciência patrimonial, algo preconceituosa, que ainda temos delas.

Embora possamos buscar outros exemplos, poderíamos até começar pelo efeito paradigmático da reconstrução *pombalina* pós-terramoto, e que, dada a sua exemplaridade, ou somente pelo impacte que teve na nossa cultura urbana rudimentar, ainda hoje mantém esse rasto de fundo no nosso imaginário colectivo do ver as cidades.

Na verdade, foi só na segunda metade do século XIX, com o inconfundível *fontismo*, que se passou a implementar uma intervenção urbana de carácter sistemático em Portugal. A célebre lei dos *Planos Gerais de Melhoramentos* de Dezembro de 1864, unicamente imposta para Lisboa e para o Porto, iria de um modo mais ou menos assumido, por via de uma filosofia do desenho que tinha por mote o princípio da supremacia viária, determinar os princípios do intervencionismo urbano, responsável por mudar o fâcies da maior parte dos aglomerados existentes, e de formatar as expansões subsequentes. Curiosamente, no âmbito desta saga, foram as cidades mais prósperas que assistiram à desfiguração mais intensiva dos seus *cascos históricos*. No entanto, não havia então nada a fazer, porque a consciência de património construído se acantonava somente aos monumentos, ignorando o valor dos conjuntos e de outras escalas do património.

Prosseguindo o *voo de pássaro* pelos ciclos mais incisivos, quando nos anos trinta definitivamente se impôs o *Estado Novo*, as promessas de modernidade que houvera nos primeiros anos perderam-se irremediavelmente com a consolidação da mundividência Salazarista. É certo que Duarte Pacheco atraiu ao nosso País alguns dos mais reputados urbanistas internacionais (Donat Agache, De Gröer e outros), responsáveis por lançar as bases sistemáticas do planeamento urbano em Portugal e, muito particularmente, de formular as primeiras recomendações de preservação de conjuntos arquitectónicos com valor patrimonial, mas a sua morte precoce, admite-se, antecipou a interrupção do enredo que, todavia, já se adivinhava.

Em Braga, no princípio dos anos quarenta, com o Ante-plano de Urbanização, surge pela primeira vez a designação de uma denominada "zona arqueológica", ou seja, uma espécie de protótipo de centro histórico.

Mas, na maior parte dos casos, muitas das iniciativas e recomendações jamais saíram da condição de projecto, pelo que a visão isolacionista dos monumentos ainda assim permaneceu, patente nas depurações do *plano dos centenários*, sem que, todavia, fosse *moderna* ou *romântica*.

A ausência dos efeitos de uma política urbana moderna, que já se fizera sentir no século XIX, mesmo em Lisboa, longe do que se passou nas grandes cidades europeias, também não se iria cumprir sob os desígnios do *movimento modernista* do Século XX. Assim, os nossos *centros históricos* chegariam à explosão urbana da década de sessenta completamente degradados, densa e promiscuamente habitados, divididos ainda entre os resquícios doutrinários oitocentistas e os desígnios pragmáticos importados das políticas de alojamento do pós-guerra.

Essa pesada herança remeteu, e ainda hoje condiciona, a atitude e a consciência que votamos aos nossos *centros históricos* urbanos. Desonerados de uma cultura de exigência cívica e desabitados que estamos de usufruir colectivamente da produção de património actual, associa-se ainda, em muitos casos, a ideia conformista de que estes espaços estão directamente ligados a um passado de privações, que, para muitos, faz do acto de recordar, antes de tudo, um motivo de tristeza que só convida ao esquecimento.

Ainda assim, os *centros históricos* são, enfim, um espaço de possibilidade e da consciência da cidade - o célebre *genius loci* - e, por excelência, um pretexto para o ensaio da maturação cívica urbana. Um suporte material da história viva onde se decide o futuro da nossa identidade colectiva. Porque entre a preservação da memória cognitiva ou musealização dos referentes que pontuam essa memória, defronta-se muito mais do que isso, como são exemplo, o futuro do espaço público e a afirmação da cidadania.

Pensamos que a luta pela história das nossas cidades não deve, pois, nostalgicamente reduzir-se somente à preservação, muitas vezes anti-histórica do passado que subsiste, mas antes, alicerçada no conhecimento desse mesmo passado, centrar-se nos desígnios do presente. Isto é, fomentar a tomada de consciência de que, no mínimo, é hoje preciso continuar a fazer história.